



Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba  
SPCP - Sistema de Protocolo e Controle de Processos  
Relatório de Comprovante de Encaminhamento

Impresso pelo Usuário: nlmorais

Emissão: 22/11/2019 às 16:27

N.º Proc.: 5072 / 2019

Nº Protocolo.: 28.937

Identificação

Identificação

Contato

Fones 3851-2557 /

Atendente NATALIA LUIZA MORAIS

Ass Atendente

*N.º Morais*

Valor: 0,00

N.Fiscal:

Contribuinte LABORVIDA S/C LTDA

CNPJ 00.553.450/0001-01

CPF

Rua/Av ARISTIDES DE MELO

Bairro CENTRO

Cidade CARMO DO PARANAÍBA

Complemento

Número 77

INSC 10.22.1 . .



00000050722019

Roteiro Adotado por este Processo

Tipo de Proc. REQUERIMENTO

Assunto IMPUGNAÇÃO

SubAssunto IMPUGNAÇÃO PREGAO PRESENCIAL

Justificativa

IMPUGNAÇÃO PREGAO PRESENCIAL

Observações

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO





**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **LABORVIDA S/C LTDA. - ME**, com sede na Av. Aristides de Melo, nº 77, Bairro Centro, Carmo do Paranaíba, MG, CEP: 38.840-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.553.450/0001-01, representada legalmente por sua sócia-proprietária e administradora **EDI BATISTA DE SOUZA**, brasileira, casada, Bióloga, portadora da CI nº MG-4.226.469-SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 563.800.976-00, residente e domiciliada na Rua Antônio Manoel, nº 974, Paraíso, Carmo do Paranaíba, MG, CEP: 38.840-000, nomeia e constitui como seu procurador o advogado **Quesio de Melo Resende**, inscrito na OAB/MG sob o nº 159.831, com endereço profissional na Rua Balduino Alves, 115, Paranaíba, em Carmo do Paranaíba – MG ao qual concede poderes “AD JUDICIA” para o foro em geral, perante qualquer instância, juízo ou tribunal e mais os de transigir, confessar, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitação, assinar termo de compromisso, retirar alvará, substabelecer com reservas, bem como representar o Outorgante, com quaisquer desses poderes e mais os de requerer o que preciso for, defendendo-o (a) em quaisquer processos administrativos, tomando vista, recorrendo de quaisquer decisões, assinando termos de fiança ou outros, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, Instituto de Aposentadoria e Pensões, autarquias ou entidades paraestatais, sindicatos de qualquer natureza, ou onde com esta se apresentarem, e em especial apresentar recurso junto à comissão de licitações do município de Carmo do Paranaíba/MG.

Carmo do Paranaíba/MG, 25 de novembro de 2019.

  
**EDI BATISTA DE SOUZA**  
Representante legal





**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

**ILMA. SRa. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG**

**Ref.: EDITAL DE CREDENCIAMENTO/ CHAMADA PÚBLICA Nº 003 /2019 POR INEXIGIBILIDADE PROCESSO 116 /2019**

A empresa **LABORVIDA S/C LTDA. – ME**, com sede na Av. Aristides de Melo, nº 77, Bairro Centro, Carmo do Paranaíba, MG, CEP: 38.840-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.553.450/0001-01, vem, respeitosamente, perante V. Sa., por seu Procurador infra – assinado (Instrumento de Procuração em anexo – doc. nº 04), com fulcro no Art. 109, Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO,**

Pelos fatos a seguir expostos:

#### **I – DOS FATOS**

O Edital que rege o presente Processo Licitatório, qual seja, o Edital de Licitação nº 116/2019 - Inexigibilidade /Credenciamento nº 003/2019, exigiu, no seu subitem 5.2.2, que dispõe sobre os requisitos dos atributos de qualificação das empresas prestadoras de serviços de saúde, que as empresas participantes apresentassem Certificado de Acreditação de Controle de Qualidade, nos termos do Art. 5º, Inciso II, da Resolução Normativa nº 405/2016, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Página 1 de 7



Instituto Brasileiro de Estatística  
Avenida Rio Branco, 156  
Praça Mauá, 101 - Centro  
Rio de Janeiro, RJ - 20030-020

Departamento de Estatística  
Censo Demográfico 2000

IBGE  
Censo Demográfico 2000  
Recenseamento Geral

IBGE  
Censo Demográfico 2000  
Recenseamento Geral

A empresa L&S OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 06.903.2019/0001-00, com sede no Rio de Janeiro, RJ, Rua...  
...do Rio de Janeiro, RJ, Rua...  
...do Rio de Janeiro, RJ, Rua...

EMPRESA L&S OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME

Endereço: Rua...

IBGE

O IBGE...  
...do Rio de Janeiro, RJ, Rua...  
...do Rio de Janeiro, RJ, Rua...





**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

Ocorre que tal documento não é exigível para os laboratórios de análises clínicas prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, conforme demonstraremos a seguir.

Primeiramente, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública, quando trata dos documentos relativos à qualificação técnica, dispõe em seu Art. 30, *in verbis*:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

*IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.*

Portanto, o documento exigido no Edital não se enquadra dentre os documentos passíveis de serem exigidos na Licitação, nos termos do Artigo supra transcrito. Além da Lei, também o “Guia de Habilitação e Contratação de Estabelecimentos para a Prestação de Ações e Serviços de Saúde para o SUS/MG”, expedido pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, que regulamenta os documentos exigíveis para a contratação de prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado e nos Municípios de Minas Gerais, e cuja cópia segue em anexo (doc. nº 09), quando descreve, em seu Item “3”, a legislação básica de referência a ser observada nas contratações, não elenca a Resolução Normativa nº 405/2016 da ANS. Ademais, quando o Guia dispõe sobre o Fluxo de Contratação de Prestador de Serviços Públicos, em seu Item “6”, também não lista como exigível para os laboratórios de análises clínicas o referido documento, de modo que a comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Carmo do Paranaíba está exigindo, na presente Licitação, documentos cuja exigência não é obrigatória, o que pode trazer privilégios e/ou limitações a empresas interessadas, tornando nulo o referido Edital.

Também o Fluxograma da Secretaria de Estado da Saúde, que regula o Chamamento Público para Credenciamento de empresas prestadoras de serviços ao SUS,



El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.

El presente documento tiene como finalidad informar a los médicos de familia sobre el funcionamiento del sistema de atención primaria de salud en el municipio de Sagua la Grande.





**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

descrevendo os documentos necessários no Edital de chamamento Público, não inclui tal documento no rol dos documentos necessários, no Edital do chamamento público para credenciamento, conforme a cópia do referido Fluxograma, que também segue em anexo (doc. nº 10).

Registra-se também o Comunicado da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, enviado no último dia 30 de março de 2017 a todos os laboratórios credenciados, informando que os mesmos teriam até o dia 31/03/2017 para preencherem o Questionário, que será adotado para fins de aplicação do Fator de Qualidade – FQ, ou seja, a própria Agência Nacional de Saúde Suplementar está ainda implementando um sistema de controle de qualidade, motivo pelo qual não há que se falar, no momento, em exigir tal documento das empresas participantes de processos licitatórios no Município. A cópia do referido Comunicado também encontra-se em anexo (doc. nº 11).

Ressalta-se ainda que, no último Edital de credenciamento de laboratório, em 2014, tal item não foi acrescentado, de modo que o referido documento não foi exigido, exatamente porque é desnecessário. Nesse sentido, a inserção de tal exigência no Edital desse ano, está sugerindo privilégio ao laboratório Carlos Chagas, uma vez que somente este possui este “selo de acreditação” específico, na região, e uma vez que este não é exigido pela Anvisa.

Por fim, segue em anexo, ainda, a cópia da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.453, de 15 de fevereiro de 2016 (doc. nº 12), da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, através da qual foi mantida a habilitação do Laboratório Laborvida para a prestação de serviços ao SUS na área de citologia (estudo das células), e na qual o laboratório Carlos Chagas foi desabilitado a prestar serviços nessa área. Sendo assim, como argüir uma melhor qualidade deste laboratório frente ao Laboratório Laborvida, se este é habilitado para exames de citologia e aquele não? Trata-se de uma inversão de valores que está sendo praticada pela Administração Pública municipal, no presente caso.

Em suma, a Resolução da ANS de nº 405/2016, a qual foi invocada pela Comissão Permanente de Licitações do Município, para se incluir o referido subitem 5.2.2 no Edital, regula especificamente o Programa QUALISS e se aplica somente às entidades que fiscalizam e/ou acreditam os laboratórios, não se aplicando diretamente aos mesmos, mas somente às entidades que fazem controle de qualidade no âmbito da saúde pública, o que é mais um equívoco da Comissão, quanto à inclusão daquele subitem.

Diante do exposto, requer a empresa Recorrente que sejam os fatos e fundamentos acima expostos acatados, para que seja declarada a nulidade de pleno direito do Edital de Licitação nº 116/2019 – Credenciamento nº 003/2019, uma vez que foi exigido, no subitem 5.2.2 do referido Edital, documento não exigível pela legislação pertinente e desnecessário, o que configurou privilégio ao laboratório Recorrido, o único que dispõe do documento específico na região, promovendo-se um novo procedimento licitatório para o credenciamento de laboratórios

Página 3 de 7







**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

de análises clínicas, sem a inclusão do referido item, para a prestação de serviços ao Município, devendo serem mantidos os serviços prestados pelas empresas até então credenciadas, até que seja realizado o novo procedimento licitatório.

## **II – DO DIREITO**

A Impugnante possui sim tal certificação, dispondo de 02 (dois) documentos comprobatórios de sua qualificação, sendo 01 (um) Certificado de Desempenho do Programa Nacional de Controle de Qualidade - PNCQ, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), que atesta que o Laboratório possui um desempenho “EXCELENTE” em controle de qualidade, cuja cópia segue em anexo (doc. nº 07), e de 01 (uma) Declaração do mesmo Programa Nacional de Controle de Qualidade - PNCQ, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), cuja cópia também segue em anexo (doc. nº 08), que declara que o laboratório Laborvida participa do Programa Nacional de Controle de Qualidade, e que na avaliação anual de 2016 obteve o desempenho “EXCELENTE”.

Os demais documentos serão entregues pela impugnante demonstrando que se enquadram nos requisitos do Art. 5º, Inciso II, alíneas “a” e “c”, da Resolução Normativa do SUS nº 405/2016, bem como no subitem 5.2.2, do edital da Licitação nº 116/2019, também nas alíneas “a” e “c” daquele subitem, motivo pelo qual a Recorrida foi habilitada e credenciada pelo Município de Carmo do Paranaíba, a prestar serviços laboratoriais de saúde suplementar, senão vejamos:

Dispõe o Art. 5º, Inciso II, da Resolução Normativa do SUS nº 405/2016, em suas alíneas “a” e “c”, in verbis:

*II – Prestadores de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia e clínicas ambulatoriais:*

- a) *Certificado de Acreditação emitido pelas Entidades Acreditoras de Serviços de Saúde ou pelo INMETRO;*
- b) *...*
- c) *Certificado ou documento equivalente emitido pelas Entidades Gestoras de outros Programas de Qualidade;*

Dispõe ainda o subitem 5.2.2, do Edital de Licitação nº 009/2017, in verbis:

*5.2.2 - Poderão ser apresentados os seguintes atributos de qualificação:*

- A) *Certificado de Acreditação emitido pelas Entidades Acreditoras de Serviços de Saúde ou pelo INMETRO;*

Página 4 de 7





**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

B) ...

C) *Certificado ABNT NBR ISSO 9001 – Sistema de Gestão de Qualidade, emitido por organismo de certificação acreditado pelo INMETRO.*

Portanto, o Certificado e a Declaração serão apresentados pela empresa impugnante, para demonstrar que se enquadram nos requisitos do Art. 5º, Inciso II, alíneas “a” e “c”, da Resolução Normativa do SUS nº 405/2016, bem como no subitem 5.2.2, do edital da Licitação nº 116/2019, alíneas “a” e “c”, sendo que a empresa que a empresa do Programa Nacional de Controle de Qualidade – PNCQ possui o certificado ABNT NBR ISSO 9001, conforme constam das cópias do Certificado e da Declaração em anexo (docs. nºs 06 e 07).

## **II.I - A JURISPRUDÊNCIA ACERCA DAS CERTIFICAÇÕES ISO**

O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão n.º 1085/2011-Plenário, sedimentou entendimento de que a exigência em licitações, na fase habilitatória, de certificação ISO é ilegal, não encontrando amparo na legislação, *in casu*, no já mencionado art. 30 da Lei nº 8.666/93:

As certificações nacionais correspondentes à família 9000 da ISO se referem, em linhas gerais, a critérios para implantação de sistemas de garantia da qualidade. Para obtê-los, a empresa deveria demonstrar a adequação de seus procedimentos de fabricação aos padrões estabelecidos na norma, o que garantiria, ao menos em tese, que os produtos oriundos dessa empresa tenham sempre as mesmas características. Todavia, isso não garante que eles tenham qualidade superior aos de uma empresa que não seja certificada. Além do que, obter a certificação ISO é faculdade das empresas – não há lei que a indique como condição para exercício de qualquer atividade. Restritiva, portanto, a exigência desse predicado como condição para qualificação em licitações, pois afastar os participantes não certificados reduz a possibilidade de alcance da melhor proposta para a Administração, sem que haja justificativa razoável para tanto.

A jurisprudência do TCU nesse sentido é farta como nos Acórdãos nº 512/2009, nº 2.521/2008, nº 173/2006 e nº 2.138/2005, todos Plenário.

Na mesma senda, o TCU manifestou-se no Acórdão nº 1526/2002 – Plenário, de Relatoria do Ministro Ubiratan Aguiar:

Os requisitos técnicos devem ser especificados de acordo com as normas da CNEN, não dos Certificados da série ISO 9000. Há que ser comprovada a capacidade de produzir bens e serviços que atendam às normas de segurança exigidas para o tipo de atividade desenvolvida, as quais devem ser de inteiro conhecimento da própria Eletronuclear. Há que se

Página 5 de 7







**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

buscar a qualidade real do produto, não certificações que podem auxiliar a garantir essa qualidade, mas não garantem que outros que não a possuem não tenham a capacidade para atender ao interesse público.

### **III – DO ERRO MATERIAL CONTIDO NO EDITAL**

Além da inconformidade já apontada, tem-se ainda o erro material no item 5.1.14 do presente edital, o qual fala sobre Médico Ortopedista, o que definitivamente, nada tem a ver com o objeto da presente licitação, vejamos:

*“5.1.14 Declaração de que se propõe a prestar os serviços na área de serviços médicos na especialidade de ortopedia no Município de Carmo do Paranaíba/MG, concordando com as normas e valor pré-estabelecidos. (Anexo V)”.*

Desta forma, faz-se necessária a remoção de tal item do edital, sob pena de nulidade de todo o certame.

### **IV – DA FALTA DE ASSINATURA NO EDITAL**

O Edital foi publicado sem as devidas assinaturas do Senhor Prefeito Municipal bem como da Secretaria de Municipal de Saúde, o que pode gerar a nulidade da publicação.

De acordo com o § 1º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, “o edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir”.

A finalidade dessa determinação legal é assegurar a autenticidade e originalidade do conteúdo de todas as folhas que compõem o edital, de modo que reflitam efetivamente informações verídicas e decorrentes da adequada etapa de planejamento realizada pela área competente. Em outros termos, a rubrica, especificamente, tem como objetivo garantir que o conteúdo de todas as folhas que constam do documento publicado e aplicado no processamento da licitação reflète o conteúdo da via original, lida e aprovada pela autoridade competente.

Justamente em função dessa finalidade, o Tribunal de Contas da União chamou a atenção, na Decisão nº 35/1996 – Plenário, ser “obrigatória, nos atos convocatórios, a rubrica de todas as folhas dos autos do processo pela autoridade que o expedir; no caso concreto, pelo presidente da comissão permanente de licitação”.

Inclusive, será a partir dessa via, assinada e rubricada pela autoridade que expediu o edital de licitação, que serão extraídas as cópias a serem fornecidas aos licitantes, conforme fixado na parte final do § 1º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, sobre a qual comenta Jessé Torres Pereira Junior:

Página 6 de 7





**Quesio de Melo Resende**  
Advogado OAB/MG 159.831

**Juliane Honório Gonçalves**  
Advogada OAB/MG 174.469

*Do texto datado, rubricado e assinado pela autoridade é que se extrairão cópias ou resumos, para divulgação e fornecimento aos interessados. Ou seja, versão ou cópia sem data, rubrica e assinatura da autoridade é inválida, porque se poderá duvidar de sua autenticidade e conferência com o texto original. (PEREIRA JUNIOR, 2009, p. 497.)*

Em atenção ao panorama acima, conclui-se que todas as folhas que integram o edital de licitação e seus eventuais anexos devem ser rubricados e paginados. Trata-se de medida destinada a assegurar a melhor organização administrativa e a garantir a autenticidade das informações.

#### **V – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer a empresa Recorrente que seja o presente Recurso recebido, bem como que sejam os fatos e fundamentos de direito aqui expostos acatados, para que, em sede de julgamento:

Requer, no mérito, que seja dado provimento à presente impugnação para que se retire do texto do edital os pontos impugnados.

Nestes Termos  
P. Deferimento

Carmo do Paranaíba, 22 de novembro de 2019

  
Quesio de Melo Resende  
OAB/MG 159.831

Juliane Honório Gonçalves  
OAB/MG 174.469







**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA SIMPLES LTDA**  
**LABORVIDA LTDA S/C LTDA ME**

**EDITH BATISTA DE SOUZA**, brasileira, maior, solteira, natural de Carmo do Paranaíba-MG, nascida em 10.11.1964, bióloga, portadora da Céd. de Id. nº: M-4.134.327 exp. pela SSP/MG e do CPF nº: 559.193.246-00, filha o de João Batista de Souza e de Luzia Maria Batista, residente e domiciliada à R. Treis, 1750, bairro Novo Paraíso em Carmo do Paranaíba/MG, CEP 38840.000; e **EDI BATISTA DE SOUZA**, brasileira, maior, solteira, natural de Carmo do Paranaíba-MG, nascida em 10.11.1964, bióloga, portadora da Céd. de Id. nº: M-4226469 exp. pela SSP/MG e do CPF nº: 563.800.976-00, filha o de João Batista de Souza e de Luzia Maria Batista, residente e domiciliada à R. Mirandópolis, 1750, bairro Amazonas em Carmo do Paranaíba/MG, CEP 38840.000; Únicas sócias da Sociedade Empresária Simples Ltda: "**LABORVIDA S/C LTDA ME**", Reg. no Cartório do Registro de Títulos e Documentos da comarca de Carmo do Paranaíba MG, sob o nº: 856, livro A-6, filha 89 em 10.04.1995, com alteração contratual registrada no mesmo cartório em 27.12.2013 sob o nº: 13.679 Livro A-09, filhas 092 a 094, insc. no CNPJ: 00.553.450/0001-01, resolvem assim alterar o contrato social:

1- A sociedade empresária continua sob a mesma denominação social de "**LAVORVIDA S/C LTDA ME**", com o endereço de sua sede na Av. Aristides de Melo, nº: 77, bairro Centro em Carmo do Paranaíba-MG, CEP: 38.840-000.

2. - A sociedade empresária continua explorando a mesma atividade de: Prestação de serviços Laboratoriais

3. - O Capital social no valor de R\$ 30.000,00(trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica nesta data alterado para R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais), sendo o aumento efetuado nesta data em moeda corrente do país, ficando assim subscrito pelas sócias:

EDITH BATISTA DE SOUZA	25.000	quotas no valor de	R\$ 25.000,00
EDI BATISTA DE SOUZA	25.000	quotas no valor de	R\$ 25.000,00
<b>Total.....</b>	<b>50.000</b>		<b>R\$ 50.000,00</b>

4. - A Administração da sociedade, bem como sua representação ativa ou passiva, judicial ou extra-judicial continua sendo exercida pelas sócias administradoras: Edith Batista de Souza e Edi Batista de Souza, nomeadas com prazo indeterminado, as quais ficam incumbidas e responsáveis por todas as operações da sociedade empresária.

5. - **Fica nesta data constituído um estabelecimento filial**, com endereço na Praça São João Batista, nº: 44, Loja 01, bairro Centro em Arapuá - MG, CEP 38860.000, que explorará a mesma atividade do estabelecimento Matriz, ou seja, de: **Prestação de serviços Laboratoriais**. Ficando destacado do capital social da empresa, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para este estabelecimento filial. O estabelecimento filial ora constituído iniciará suas atividades em 01.04.2019.







## CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A Sociedade gira sob a denominação social de "**LABORVIDA S/C LTDA ME**" com sede em Carmo do Paranaíba/MG, CEP 38840-000, na Av. Aristides de Melo, 77, bairro Centro em Carmo do Paranaíba - MG, CEP 38840.000.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A sociedade explora a atividade de: Prestação de Serviços Laboratoriais.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente do país, assim subscrito pelas sócias:

EDITH BATISTA DE SOUZA.....	25.000	quotas de R\$ 25.000,00
EDI BATISTA DE SOUZA .....	25.000	quotas de R\$ 25.000,00
Total.....	50.000	quotas R\$ 50.000,00

**CLÁUSULA QUARTA** - A Administração da sociedade, bem como sua representação ativa ou passiva, judicial ou extra-judicial continua sendo exercida pelas sócias administradoras > Edith Batista de Souza e Edi Batista de Souza, nomeadas com prazo indeterminado, as quais ficam incumbidas e responsáveis por todas as operações da sociedade empresária.

**CLÁUSULA QUINTA** - Fica nesta data constituído um estabelecimento filial, com endereço na Praça São João Batista, nº: 44, Loja 01, bairro Centro em Arapuá - MG, CEP 38860.000, que explorará a mesma atividade do estabelecimento Matriz, ou seja, de: **Prestação de serviços Laboratoriais**. Ficando destacado do capital social da empresa, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para este estabelecimento filial. O estabelecimento filial ora constituído iniciará suas atividades em 01.04.2019.

**CLÁUSULA SEXTA** - Às sócias Administradoras é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo lhes facultado no limite de seus poderes constituir mandatários da sociedade, mediante ata ou alteração contratual, com especificação dos atos e operações que poderão praticar ( art. 1.018CC).

**CLÁUSULA SÉTIMA** É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos sociais, tais como: Fianças, endossos, avais, abonos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à sociedade, exceto se efetuados em favor de sociedades ligadas, desde que aprovado por unanimidade em reunião de sócios.

**CLÁUSULA OITAVA** A título de Pró-labore e a débito da conta de despesas operacionais, as sócias administradoras, farão jús a uma retirada mensal, cujo valor deverá ser fixado no mês de janeiro de cada ano, de acordo entre elas, devendo-se observar que as retiradas não venham a prejudicar o ritmo normal dos negócios sociais no que se refere a excessos.

**CLÁUSULA NONA** As sócias administradoras, declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.





**CLÁUSULA DÉCIMA** - As demais cláusulas do Contrato de Constituição não alteradas continuam em pleno vigor.

E por se acharem justos e contratados, em tudo o quanto foi lavrado, neste instrumento particular, obrigam-se a cumprir o presente instrumento de alteração contratual em 03(tre) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos. Carmo do Paranaíba - MG, 21 de Março de 2.019.

  
EDITH BATISTA DE SOUZA

  
EDI BATISTA DE SOUZA

**Cartório Renato Mendonça Cardoso**  
**Renato Mendonça Cardoso - Oficial**  
Av. Doutor Aristides Ferreira de Melo, 33 - Centro  
Fone: (34)3851-4408

Código 6110-1 6201-8 6601-9 8101-8 Total  
Qtd 1 2 1 3 7

PROTOCOLO Nº 16279 REG Nº 856 - LIV 14-A - PÁG 224 - AV Nº 7

Carmo do Paranaíba, MG, 02 de abril de 2019.  
Naiane Coelho da Silva - Escrevente

Despesas	Emolumento	ISS	Recompe	TFJ	Total
	264,52	7,93	15,87	88,89	377,21

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça  
1º Ofício Cartório Renato Mendonça Cardoso

Selo Número: BSQ40265 - Cód. Seg.: 5039.1763.6814.2581  
Total de atos: 7 / Emol: 280,39 TFJ: 88,89 Total: 369,28  
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>









